

Quando a justiça bate à sua porta

Promotoria comunitária percorre cidades onde não há tribunal para levar justiça a carentes. Litígios de família são os casos mais comuns

Karina Falcone
Da equipe do **Correio**

Para quem não sabia, ou não lembrava, o Ministério Público do Distrito Federal faz o anúncio em carro de som: todos têm direito à justiça. E a justiça, dizem os auto-falantes, chegará no dia seguinte. Essa é a preparação para que as cidades recebam a visita da *Promotoria de Defesa da Comunidade*. Uma vez por semana, duas promotoras públicas se instalam em locais que não têm tribunal de justiça e prestam assistência à comunidade.

Anúncios, panfletos e propagandas. Os lugares que nunca tiveram um fórum judicial precisam de uma pré-campanha, lembrando que as leis existem para serem, pelo menos, usadas. O programa começou esta semana e tem as cidades de Paranoá, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Santa Maria e São Sebastião no itinerário. Com visitas semanais, tendo um recesso já marcado para dezembro, a promotoria pretende fazer justiça e “conscientizar a população sobre os seus direitos.”

Leonora Brandão Pinheiro e Renata de Salles Moreira são as promotoras responsáveis pelo programa. Com uma equipe formada por três estagiários da Promotoria, um da Defensoria Pública e um defensor público, elas pretendem fazer valer a “função social” designada aos promotores públicos.

“Nossa função não é só casos criminais ou acompanhamento em au-

diência. Temos o sonho de colocar uma promotoria da comunidade em cada Tribunal de Justiça, mas quanto a isso não há perspectivas. O que esperamos das nossas visitas é que elas se revertam em conscientização e que as pessoas aprendam a exercer a cidadania”, conta Leonora.

PROBLEMAS DE FAMÍLIA

Não há prioridades para a Promotoria de Defesa da Comunidade, mas a família é o problema mais recorrente, entre os casos que chegam. As cinco cidades já tiveram o seu primeiro atendimento, com uma média de quarenta pessoas por dia.

Pais que nunca pagaram as pensões alimentícias, filhos com uma *lacuna* na certidão de nascimento, sem indicar a filiação paterna. As queixas são recorrentes e ressaltam um problema já conhecido: as mulheres continuam desassistidas legalmente.

Segundo a promotoria Leonora Brandão, esse quadro já era esperado e representa a carência judicial para as questões relativas a direito de família, onde mulheres e crianças sempre são as mais prejudicadas.

A Promotoria itinerante se instala nos locais mais conhecidos da cidade. A equipe faz a divulgação um dia antes e espera a comunidade. Chegada a hora, as pessoas recebem fichas de atendimentos, preenchem folhas de inscrição e, enfim, conversam com as promotoras.

Exposto o caso, as promotoras ten-

tam, em primeira instância, fazer acordo das duas partes envolvidas. Caso não haja entendimento, o processo é encaminhado para o fórum competente de cada cidade.

“Nosso principal esforço é pelo acordo. Se conseguimos isso, evitamos o conflito e ainda aliviemos as demandas nos fóruns”, explica a promotora.

BRIGA DE VIZINHO

No primeiro dia de atendimento para os moradores de Santa Maria, a Promotoria da Comunidade teve fila na “porta”. Com as mesinhas instaladas no ginásio do Caic Albert Sabin, a equipe ouviu queixas, encaminhou casos e iniciou acordos.

Nos registros, casos esporádicos de espancamento e briga de vizinhos. Mas, confirmando as expectativas, as questões familiares foram o assunto recorrente.

Ela só quer uma coisa: que o pai reconheça judicialmente Carlos Alexandre Oliveira Silva, 10 anos, como seu filho legítimo. “Pensão alimentícia a gente resolve depois. Sustentei até hoje o menino sozinho e ele está bem, com saúde. O que não quero é que Alexandre continue sofrendo porque não tem ninguém para abraçar nem no dia dos pais.”

Adalgenice Oliveira Silva é a mãe de Carlos Alexandre e foi uma das quase quarenta pessoas que procuraram a promotoria itinerante na quarta-feira. Ela conta que quando o menino nasceu, o pai alegou que não poderia registrá-lo porque já era casado.

“Acreditei nele e deixei pra lá. Achava que um papel não era importante. Só que um mês depois, ele nos deixou e arranhou outra mulher. Desde então, nunca mais procurou o filho”, lembra Adalgenice.

A primeira orientação da Promotoria sobre o caso foi procurar a outra parte, no caso o pai, e tentar um acordo. Um “convite” da Promotoria será encaminhado para ele. Caso não haja resposta, um oficial de justiça vai buscá-lo em casa.

“Tomara que isso não seja necessário. Pelo o que eu soube, o pai de Alexandre virou pastor. Se ele realmente está do lado de Deus, vai querer reconhecer o filho”, confia Adalgenice.

Paulo de Araújo



No primeiro dia em Santa Maria, Promotoria comunitária atendeu muitas mães com pedidos de pensão para os filhos